

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2018



Relatório Consolidado

ÍNDICE

Nota Prévia	3
1. Principais destaques	3
2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação	4
3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano	8
3.1. Análise do Balanço Consolidado	8
3.2. Indicadores do Balanço Consolidado	11
3.3. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada	13
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	27
Introdução	27
1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	29
2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	36
3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	39
4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	40
5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros intra-grupo.	41
6. Informações relativas a compromissos	41
7. Informações relativas a políticas contabilísticas	43
8. Informações relativas a determinadas rubricas	48
9. Informações diversas	59
10. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício	65
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	69
ANEXO	75

Nota Prévia

Em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foi elaborado o presente Relatório de Contas Consolidadas, relativas ao ano de 2018, o qual é submetido para aprovação em momento diferente da apresentação das contas individuais, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da referida Lei.

As contas consolidadas do Grupo Município do Porto cumprem ainda a Orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que estabelece um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de, acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL¹.

1. Principais destaques

O perímetro de consolidação do Município do Porto é constituído pelas empresas municipais, GO Porto - Gestão e Obras do Porto, EM, CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM, CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM e Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA, todas entidades controladas pelo Município a 100%.

De acordo com as instruções do SATAPOCAL, o Mercado Abastecedor do Porto, SA, a Adeporto – Agência de Energia do Porto, a Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA², a Associação Porto Digital, o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Porto D'Ouro, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo, em liquidação, e o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Invesurb, são entidades incluídas no perímetro de consolidação, através do método de equivalência patrimonial, uma vez que o Município do Porto detém nelas influência significativa, ou seja, uma participação financeira superior a 20% e inferior a 50%.

¹ maio de 2011 e maio de 2015

² aquisição dos restantes 60% das ações ocorreu apenas em 28/12/2018, nos termos do DL n.º 109/2018, não existindo ainda controlo a 31/12/2018

2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

2.1. Gestão e Obras do Porto, EM

A Gestão e Obras do Porto, EM, abreviadamente designada por GO Porto, EM, constituída em 2000 sob a designação inicial de Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, tem por objeto o exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município do Porto e para outras empresas participadas pelo Município.

As intervenções realizadas por esta empresa distribuem-se pela construção e reabilitação de edifícios escolares, equipamentos públicos e vias de comunicação e pela reabilitação e requalificação de bairros municipais e outros espaços urbanos.

A partir de 2016, com a alteração dos estatutos da empresa e ampliação do seu objeto social, passou a incorporar a gestão integral dos empreendimentos do Município, tendo por base a elaboração e concretização de planos, projetos e obras que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas do Município do Porto.

2.2. CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

A CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Domus Social, EM, constituída em 2000, viu revisto, em 2016, o seu posicionamento estratégico no que concerne às atribuições municipais que lhe estão incumbidas, evoluindo de uma empresa de habitação social e manutenção para uma de promoção pública da habitação.

Tem por objeto a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do parque de habitação pública municipal, a manutenção e conservação do património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social.

No âmbito da sua atividade assegura todas as ações de grande reabilitação dos bairros de habitação social municipal, a gestão e manutenção do parque de habitação pública municipal, procurando assegurar a sua ocupação e correta utilização, a par de todas as ações de manutenção preventiva e reativa, bem como a manutenção corrente e reativa no conjunto dos restantes edifícios municipais, nomeadamente no parque escolar público municipal e nos designados outros edifícios públicos municipais.

2.3. CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM

A CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Águas do Porto, EM, criada em 2006, a partir dos extintos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto, tem como objeto social a gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas, a gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações, bem como a limpeza e desobstrução de linhas de águas, rios e ribeiras urbanas, e a sua reabilitação e renaturalização.

No âmbito da sua atividade está o fornecimento de água de qualidade em todos os locais de consumo, a redução de perdas de água, a ligação de todos os prédios à rede de saneamento, o tratamento de todos os esgotos e a despoluição das ribeiras, para além da melhoria das áreas e águas balneares.

2.4. CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM

A CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Porto Lazer, EM, foi constituída em 2006 com o objetivo de assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade física e desportiva, do lazer e de outras atividades de animação da cidade, bem como no domínio da dinamização económica do Porto, nomeadamente as que sejam determinadas pelos espaços e equipamentos que estejam sob a sua gestão.

Para afirmação e consolidação dos objetivos estratégicos procura diversificar e orientar a oferta para as reais necessidades e expectativas dos parceiros e clientes, o aumento da notoriedade da marca e do destino Porto, a promoção e dinamização da atividade desportiva na cidade, bem como a otimização da gestão das infraestruturas desportivas, e aumentar o grau de envolvimento e empatia dos *stakeholders* com a sua atividade e em particular com o universo do Município do Porto.

2.5. Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA, abreviadamente designada PortoAmbiente, foi constituída em 2017 e tem como objeto social a gestão dos resíduos urbanos e limpeza do espaço público.

A PortoAmbiente veio materializar a visão do Município na profissionalização das atividades de recolha e limpeza do espaço público, fomentando uma cultura própria intrínseca à empresa, com uma identidade exclusivamente orientada para aquelas atividades.

2.6. Mercado Abastecedor do Porto, SA

O Mercado Abastecedor do Porto foi constituído em 1988, como polo logístico de apoio à distribuição e comércio por grosso de produtos agroalimentares e flores, tendo o Município do Porto uma participação no capital desta entidade de 25,5%.

2.7. Adeporto – Agência de Energia do Porto

A Adeporto – Agência de Energia do Porto criada em 2007, com o objetivo de contribuir para a utilização racional da energia, para a eficiência energética e gestão ambiental na interface com a energia, para o aproveitamento dos recursos energéticos e para o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável, é detida pelo Município do Porto em 36,5% do seu capital.

2.8. Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, abreviadamente designada por Porto Vivo, foi constituída em 2004, tem por objeto social promover a reabilitação e reconversão do património degradado da área crítica de recuperação e reconversão urbanística do concelho do Porto.

Nos termos do DL n.º 109/2018, de 4 de dezembro, em 28 de dezembro 2018, o capital social do Porto Vivo, SRU passou a ser detido a 100% pelo Município do Porto não existindo ainda controlo a 31 de dezembro de 2018.

2.9. Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

O Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, sendo as funções de banco depositário asseguradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), foi criado em 2009, detendo o Município do Porto uma participação no capital desta entidade de 50%.

2.10. Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação

O Porto Novo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação, adiante designado por Porto Novo, Fundo ou OIC, é um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, gerido pela Profile – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.,

anteriormente designada por Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., iniciou a sua atividade em 2007, detendo o Município do Porto uma participação de 20,9% do seu capital. A entidade depositária do Fundo é o Bison Bank, S.A..

Em reunião de 01 de Março de 2018, o Conselho de Administração da CMVM deliberou, notificar a Profile - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. do projeto de decisão de indeferimento do pedido de autorização para a prorrogação do prazo de liquidação do Fundo Porto Novo.

A Sociedade Gestora, com o intuito de defender os interesses dos participantes, ficou de desenvolver as ações necessárias para concretizar a liquidação do Fundo de forma ordenada, assegurando a realização dos ativos.

Pelo exposto e de acordo com a informação de Mercado, o Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo, ainda se encontra em liquidação.

2.11. Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

Tendo em vista a reabilitação e adaptação dos imóveis que integram o Bairro do Aleixo foi constituído, em 2009, o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, administrado pela Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA sendo o Município do Porto detentor de uma participação de 21,9% no seu capital.

O fundo de investimento imobiliário Invesurb é detido pela ME Real Estate - Mota-Engil Real Estate Portugal, SA, com uma participação de 26,93%, pelo empresário António Luis Alves Ribeiro de Oliveira, também com uma participação de 26,93%, pela Rio Forte Investments S.A., com uma participação de 15,88% e pela Cimenta – Empreendimentos Imobiliários, S.A., com uma participação de 8,35%.

2.12. Associação Porto Digital

A Associação Porto Digital foi constituída em 2004 com o objetivo de promover a criação de uma comunidade digital, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade de Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos. O Município do Porto é detentor, nesta entidade, de uma participação de 33,3%, e de uma proporção de 91,73% relativa dos direitos sobre o património remanescente desta entidade, em caso de dissolução.

3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano

3.1. Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se às instruções publicadas pelo SATAPOCAL espelhando a situação patrimonial do Grupo Município do Porto a 31 de dezembro de 2018.

Q. 1 – Balanço consolidado

Descrição	2018		2017		Variação 17 - 18	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor €	%
Imobilizado	1.471.125.464	86,0%	1.364.761.162	85,2%	106.364.302	7,8%
Existências	1.282.203	0,1%	1.199.049	0,1%	83.154	6,9%
Dívidas de terceiros - curto prazo	22.415.377	1,3%	21.421.528	1,3%	993.849	4,6%
Disponibilidades	111.576.861	6,5%	111.926.874	7,0%	-350.013	-0,3%
Acréscimos e diferimentos	103.360.607	6,0%	102.200.311	6,4%	1.160.296	1,1%
Ativo Líquido	1.709.760.512	100,0%	1.601.508.924	100,0%	108.251.588	6,8%
Património	1.101.549.598	77,2%	993.038.089	79,0%	108.511.509	10,9%
Ajustamentos em partes de capital	458.117	0,0%	336.781	0,0%	121.336	36,0%
Reservas	90.672.194	6,4%	89.220.076	7,1%	1.452.118	1,6%
Subsídios	101.456	0,0%	101.456	0,0%	0	0,0%
Doações	17.272.999	1,2%	17.272.999	1,4%	0	0,0%
Regularizações	57.539.545	4,0%	60.308.475	4,8%	-2.768.930	-4,6%
Resultados	160.000.140	11,2%	96.638.935	7,7%	63.361.205	65,6%
Fundos Próprios	1.427.594.049	100,0%	1.256.916.811	100,0%	170.677.238	13,6%
Provisões para riscos e encargos	44.416.970	15,7%	51.186.911	14,9%	-6.769.941	-13,2%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	11.061.391	3,9%	30.951.892	9,0%	-19.890.501	-64,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	30.883.325	10,9%	28.730.493	8,3%	2.152.832	7,5%
Acréscimos e diferimentos	195.804.777	69,4%	233.722.817	67,8%	-37.918.040	-16,2%
Passivo	282.166.463	100,0%	344.592.113	100,0%	-62.425.650	-18,1%

O Balanço Consolidado, relativo ao exercício de 2018, quando comparado com o Balanço do Município do Porto permite aferir o forte peso do Município enquanto entidade consolidante, com uma representatividade superior a 95% e, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Neste contexto, salienta-se o acréscimo do ativo líquido de 6,8%, próximo da variação de 6,5% do Município, pelo efeito de idênticas variações nas componentes do imobilizado líquido (106 milhões de euros), dos acréscimos e diferimentos (1,2 milhões de euros) e das existências (83 mil euros), conjugado com a redução das disponibilidades (350 mil euros) conforme já descrito na análise ao balanço das contas individuais do Município do Porto. As dívidas de terceiros de curto prazo, com uma variação em sentido contrário à verificada no balanço do Município, aumentam (994 mil euros) face ao ano anterior.

No que respeita ao imobilizado, por influência do Município e da Empresa Águas do Porto, EM, a variação positiva relativamente ao ano transato é justificada, pelo acréscimo verificado nas rubricas de terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, equipamento de transporte e administrativo, bem como pelo efeito da homogeneização valorativa dos critérios de amortizações aplicados ao imobilizado dessa empresa municipal tendo em conta a representatividade do seu imobilizado no perímetro de consolidação.

Na rubrica de Terrenos e Recursos Naturais encontram-se registados 104,4 milhões de euros referentes ao registo de terrenos que não constavam no balanço inicial, na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado que o Município concretizou em 2018, e que se consubstanciou na realização das atividades de: (i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificadas e outras construções que não constavam do sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação dos saldos no suporte da rubrica edifícios entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social EM, que constavam no imobilizado em curso.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo aumentam 994 mil euros, essencialmente, por influência das empresas municipais Águas do Porto, EM, DomusSocial, EM e Porto Lazer, EM.

O aumento de 13,6% nos fundos próprios reflete a variação ocorrida no Município (13,3%), em resultado do aumento do seu património (109 milhões de euros) na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado que o Município finalizou em 2018. Decorrente deste trabalho, foram registados no património 104,4 milhões de euros relativos ao registo de terrenos que não constavam do balanço inicial.

Contribuem ainda para a variação positiva dos fundos próprios, o acréscimo nos resultados de 63,4 milhões de euros, resultantes quer do aumento dos resultados transitados, quer do resultado líquido do exercício.

A variação ocorrida nos resultados transitados, resulta da regularização das amortizações extraordinárias referentes a anos anteriores e relacionadas com os subsídios para investimentos, no âmbito do trabalho finalizado em 2018 no Município, e ainda da transferência do resultado líquido proveniente do exercício anterior para resultados transitados.

Da mesma forma, a variação do passivo consolidado, de -18,1%, encontra-se em coerência com a diminuição verificada no passivo do Município do Porto, de -23,5%. A redução do passivo, em 62,4 milhões de euros, é justificada pela redução dos acréscimos e diferimentos (38 milhões de euros), das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (19,9 milhões de euros), das provisões para riscos e encargos (6,8 milhões de euros) conjugada com o aumento das dívidas a terceiros de curto prazo (2,2 milhões de euros).

Os acréscimos e diferimentos diminuem (38 milhões de euros) pelo efeito conjugado do aumento dos acréscimos de custos (3,6 milhões de euros) que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício com a diminuição de proveitos diferidos (41,5 milhões de euros) fruto do reconhecimento, neste ano, do ativo imobilizado associado aos proveitos diferidos e respetiva recuperação das amortizações associadas ao investimento e que só se tornou exequível neste ano, na entidade consolidante.

O decréscimo das dívidas a terceiros de médio e longo prazo é explicado fundamentalmente pela amortização antecipada de empréstimos bancários, fruto do bom desempenho financeiro do Município.

O aumento das dívidas a terceiros de curto prazo (2,2 milhões de euros) resulta essencialmente da influência das empresas na consolidação de contas, em particular pelo aumento verificado nas empresas Águas do Porto, EM e DomusSocial, EM, no que respeita às rubricas de fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado.

Q.2 - Impacto do Município do Porto no Balanço

Descrição	Consolidado do Município do Porto	Município do Porto	Varição	% MP
	€	€	€	
Ativo				
Imobilizado	1.471.125.464	1.425.672.819	45.452.645	96,9%
Ativo Circulante	135.274.441	95.323.455	39.950.986	70,5%
Acréscimos e diferimentos	103.360.607	100.250.261	3.110.346	97,0%
Total Ativo	1.709.760.512	1.621.246.536	88.513.976	94,8%
Fundos próprios e passivo				
Fundos Próprios	1.427.594.049	1.407.566.120	20.027.929	98,6%
Fundos Próprios	1.427.594.049	1.407.566.120	20.027.929	98,6%
Passivo				
Provisões para riscos e encargos	44.416.970	39.046.136	5.370.834	87,9%
Dívidas a terceiros	41.944.716	21.213.960	20.730.756	50,6%
Acréscimos e diferimentos	195.804.777	153.420.321	42.384.456	78,4%
Passivo	282.166.463	213.680.416	68.486.047	75,7%

3.2. Indicadores do Balanço Consolidado

Q. 3 – Indicadores do balanço consolidado

Indicadores	2018 Consolidado	2017 Consolidado
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo total	86,0%	85,2%
Ativo circulante / Ativo total	14,0%	14,8%
Ativo fixo / Ativo circulante	616,5%	576,5%
Estrutura do Passivo		
Recursos permanentes / Passivo	579,3%	441,6%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	17,8%	40,5%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	82,2%	59,5%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	463,1%	146,9%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	13299,6%	4409,3%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	33,7%	118,5%
Análise do Passivo exigível		
- Coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos próprios	4,4%	6,1%
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	3,6%	3,6%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	0,8%	2,5%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	1,0%	3,1%
Grau de autonomia		
Fundos próprios/Ativo	83,5%	78,5%
Índice de Liquidez Imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	2,2	2,5
Índice de Solvência		
Ativo/ Passivo exigível	27,4	21,0

Todos os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Grupo Consolidado do Município do Porto.

A estrutura do ativo mantém-se, com alterações pouco significativas, relativamente a 2017. Estas alterações, em termos globais, resultam da variação positiva do ativo fixo por força do aumento do imobilizado.

Destaca-se a estrutura do passivo, comparativamente com o ano de 2017, com uma diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de médio e longo prazo o que continua a evidenciar a independência financeira do grupo e a acentuar a capacidade de responder aos seus compromissos.

O acréscimo registado no ativo fixo cumulativamente com a redução no endividamento de médio e longo prazo permite verificar que o grupo Município do Porto continua a dar boas garantias perante as entidades financiadoras.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Grupo Município do Porto. Apesar do aumento dos fundos próprios, o coeficiente de endividamento de longo prazo regista uma redução relativamente ao ano transato em resultado da diminuição das dívidas de médio e longo prazo.

Ao nível do conjunto das empresas objeto de consolidação é evidente a capacidade de financiamento do ativo através de capitais próprios, sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida pelo grau de autonomia.

O índice de liquidez imediata diminui relativamente ao ano anterior, em resultado da diminuição das disponibilidades.

O índice de solvência que apresenta uma melhoria relativamente ao ano de 2017, ao passar de 21,0 para 27,4 demonstra a capacidade do Grupo Município do Porto em solver os seus compromissos.

3.3. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Q. 4 – Demonstração consolidada dos resultados por natureza

Designação	2018		2017		Variação 17-18	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	€		€		€	
Custos e perdas						
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	11.523.618	4,4%	11.369.159	4,8%	154.459	1,4%
Fornecimento e serviços externos	70.601.379	27,0%	69.198.544	29,3%	1.402.835	2,0%
Pessoal	92.850.301	35,5%	82.550.619	35,0%	10.299.682	12,5%
Transferências e subsídios correntes concedidos	9.402.023	3,6%	7.827.044	3,3%	1.574.979	20,1%
Amortizações do exercício	53.852.877	20,6%	52.751.732	22,4%	1.101.145	2,1%
Provisões do exercício	14.265.391	5,5%	6.366.768	2,7%	7.898.623	124,1%
Outros custos perdas operacionais	626.713	0,2%	278.609	0,1%	348.104	124,9%
Custos e perdas financeiras	1.744.162	0,7%	834.494	0,4%	909.668	109,0%
Outros custos	6.691.219	2,6%	4.628.499	2,0%	2.062.720	44,6%
Total	261.557.683	100,0%	235.805.468	100,0%	25.752.215	10,9%
Proveitos e ganhos						
Vendas e prestações de serviços	72.471.070	23,7%	71.078.442	27,7%	1.392.628	2,0%
Impostos e taxas	154.184.592	50,4%	121.813.966	47,4%	32.370.626	26,6%
Variação da produção	-22.567	0,0%	-66.637	0,0%	44.070	-66,1%
Trabalho para a própria entidade	93.032	0,0%	81.530	0,0%	11.502	14,1%
Transferências e subsídios correntes	32.049.698	10,5%	32.263.046	12,6%	-213.348	-0,7%
Proveitos financeiros	13.525.497	4,4%	10.642.577	4,1%	2.882.920	27,1%
Outros	33.484.267	11,0%	21.184.590	8,2%	12.299.677	58,1%
Total	305.785.589	100,0%	256.997.514	100,0%	48.788.075	19,0%
Resultado antes de impostos	44.227.906		21.192.046		23.035.860	108,7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.878.674		1.859.138		19.536	1,1%
Resultado líquido do exercício consolidado com interesses minoritários	42.349.232		19.332.908		23.016.324	119,1%

A Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se às instruções publicadas pelo SATAPOCAL, de maio de 2015, apresentando os resultados das operações económicas do Grupo, durante o ano de 2018.

À semelhança do Balanço Consolidado, também a Demonstração de Resultados Consolidada apresenta uma variação idêntica à verificada na generalidade das rubricas da Demonstração de Resultados individual do Município do Porto, face ao ano anterior, tendo em conta o seu peso enquanto entidade consolidante.

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2018 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 10,9%, relativamente ao ano anterior, por força, essencialmente, do aumento dos custos com pessoal, das provisões do exercício e dos outros custos.

Os custos com pessoal representam 35,5% dos custos do Grupo Consolidado, que compara com os 35% do Município. O acréscimo face ao ano anterior é justificado pelos acréscimos remuneratórios e pelo aumento de número de efetivos no Município. Acrescem ainda os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

Contribuem também para o aumento dos custos, a cobertura de processos judiciais em curso e de dívidas de clientes em cobrança duvidosa que conduziu, em 2018, a um aumento das provisões do exercício, em 7,9 milhões de euros por influência da entidade consolidante e da empresa Águas do Porto, EM.

O aumento de outros custos é justificado, entre outros, pelo facto de, em 2017, não terem ocorrido perdas em imobilizações resultantes de menos valias aquando da venda de imobilizado, e pelos apoios concedidos em 2018 para investimento, nomeadamente à Associação dos Deficiente das Forças Armadas, no Município.

Em sentido contrário à entidade consolidante estão os fornecimentos e serviços externos com um aumento de 2% por influência da empresa PortoAmbiente, a qual iniciou a sua atividade em setembro de 2017 assim como pela empresa DomusSocial, EM.

O aumento dos proveitos e ganhos em 49 milhões de euros, deve-se à variação positiva ocorrida nos impostos e taxas, nos outros proveitos financeiros e nas vendas e prestações de serviços, conjugada com a redução nas transferências e subsídios correntes.

A variação positiva nos impostos e taxas resulta do aumento do reconhecimento em proveitos dos impostos diretos, nomeadamente da cobrança do IMT face ao crescente dinamismo no mercado imobiliário que se traduz num aumento do volume de transações de bens imóveis. Esta variação é ainda influenciada, neste ano, pela cobrança da taxa turística.

A variação positiva de outros proveitos está influenciada essencialmente pela imputação dos proveitos relacionados com os subsídios para investimento tendo em conta o reconhecimento, neste ano, do ativo imobilizado associado, no Município.

Os proveitos financeiros aumentam por força da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, resultante dos ajustamentos proporcionais à participação no que respeita às rubricas de resultados líquidos.

Em sentido contrário à entidade consolidante estão as vendas e prestações de serviços que aumentam 2%, resultante da contribuição da empresa PortoAmbiente comparativamente ao ano anterior.

A variação nas transferências e subsídios correntes é justificada pela diminuição das transferências provenientes do OE, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e ainda pelo reconhecimento em proveitos da participação fixa no IRS relativo ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros

Do balanceamento entre os custos e proveitos obtém-se um resultado líquido consolidado de 42,3 milhões de euros, superior ao do ano transato em 23 milhões de euros, e superior ao do Município do Porto em 6,5 milhões de euros.

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2018



Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos

Município do Porto									
BALANÇO CONSOLIDADO									
ANO: 2018									
(euros)									
Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios				Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2018		2017				2018	2017
		AB	AP	AL	AL				
	Imobilizado								
	Bens de domínio público								
451	Terrenos e recursos naturais	8.445.345		8.445.345	6.925.145	51	Fundos próprios	1.101.123.422	991.501.863
452	Edifícios	8.818.211		3.155.974	3.589.688	51	Património	426.176	1.536.226
453	Outras construções e infraestruturas	525.083.738	260.926.948	264.156.790	274.438.468	55	Diferenças de consolidação	458.117	336.781
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.607.658	1.097.482	3.510.176	3.617.172	56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
459	Outros bens de domínio público	65.515.296	42.268.555	23.246.741	26.453.332		Reservas de reavaliação		
445	Imobilizações em curso	4.981.214		4.981.214	4.449.390		Reservas		
		617.451.462	309.955.222	307.496.240	319.473.195	571	Reservas legais	13.325.785	11.996.476
						572	Reservas estatutárias	33.427	33.427
						574	Reservas livres	121.615	121.615
						575	Subsídios	101.456	101.456
						576	Doações	17.272.999	17.272.999
431	Imobilizações incorpóreas					577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	77.191.367	77.068.558
432	Despesas de instalação	609.924	609.924			578	Regularização decorrentes Entidades Participadas	57.539.545	60.308.475
433	Despesas de investigação e desenvolvimento	5.543.969	4.850.165	693.804	758.804	59	Resultados transitados	117.650.908	77.306.027
443	Propriedade industrial e outros direitos					88	Resultado líquido exerc. atribuível à Entidade Mãe	42.349.232	19.332.908
		6.153.893	5.460.089	693.804	758.804				
							Total dos fundos próprios	1.427.594.049	1.256.916.811
421	Imobilizações Corpóreas								
422	Terrenos e recursos naturais	474.312.059		474.312.059	357.998.901				
423	Edifícios e outras construções	778.595.379	308.838.881	469.756.498	420.985.463				
424	Equipamento básico	201.844.989	122.073.461	79.771.528	80.734.139				
424	Equipamento de transporte	10.500.838	4.746.705	5.754.133	2.875.057	ad			
425	Ferramentas e utensílios	1.230.180	784.496	445.684	125.209				
426	Equipamento administrativo	27.093.351	24.601.713	2.491.638	1.574.092				
427	Taras e vasilhame								
429	Outras imobilizações corpóreas	8.762.287	5.145.880	3.616.407	3.768.956				
442	Imobilizações em curso	88.379.376		88.379.376	132.900.339	292	Passivo		
		1.590.718.459	466.191.136	1.124.527.323	1.000.962.156	ver	Provisões para riscos e encargos	44.416.970	51.186.911
						2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
411	Investimentos Financeiros					2684162	Dívidas a instituições de crédito	10.815.487	27.812.997
412	Partes de capital	8.354.846	461.824	7.893.022	9.301.595		Leasing de médio e longo prazo	6.064	20.981
414	Obrigações e títulos de participação	4.319.611		4.319.611	6.718.007		Credores das Administrações Públicas - FAM	239.840	3.117.914
415	Investimentos em Imóveis	20.078.931	4.189.184	15.889.747	16.548.154				
	Outras aplicações financeiras	10.305.717		10.305.717	10.999.251				
		43.059.105	4.651.008	38.408.097	43.567.007				
	Circulante								
	Existências								
36	Matérias -primas, Subsidiárias e de Consumo	917.272		917.272	798.892		Dívidas a terceiros - Curto prazo		
33	Produto acabados e intermédios	199.271		199.271	221.838	269	Adiantamentos por conta de vendas	3.332.056	3.360.296
32	Mercadoria	180.430	14.770	165.660	161.027	221	Fornecedores, c/c	7.107.381	5.718.480
37	Adiantamentos por conta de compras				17.292	228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	80.096	
		1.296.973	14.770	1.282.203	1.199.049	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	4.071.966	2.444.191
						24	Estado e outros entes públicos	3.047.554	2.530.426
211	Dívidas de terceiros - Curto prazo					262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	10.803.675	10.470.660
212	Clientes c/c	4.395.517	1.448.698	2.946.819	3.738.169	26131	Leasing de curto prazo	14.918	17.894
212	Contribuintes, c/c	1.270.679		1.270.679	1.810.530	23121111 + 23121121	Empréstimo bancário M/L prazo c/ exigibilidade CP	1.946.000	3.440.000
213	Utentes c/c	905.980		905.980	1.689.896	2684161	Credores das Administrações Públicas - FAM	479.679	719.519
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	24.541.308	23.883.203	658.105	414.282	2614	Fornecedores Imobilizado - Factoring		29.027
229	Adiantamento a fornecedores	4.745		4.745	4.637				
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	1.821.732		1.821.732					
24	Estado e outros entes públicos	3.953.380		3.953.380	4.137.670				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	13.515.078	2.661.141	10.853.937	9.626.344				
		50.408.419	27.993.042	22.415.377	21.421.528				
	Títulos negociáveis								
	Depósitos em instituições financeiras e caixa								
12	Depósitos em instituições financeiras	111.480.021		111.480.021	111.505.834	273	Acréscimos e diferimentos	20.346.897	16.750.932
11	Caixa	96.840		96.840	421.040	274	Acréscimos de custos	175.457.880	216.971.885
		111.576.861		111.576.861	111.926.874		Proveitos diferidos	195.804.777	233.722.817
271	Acréscimos e diferimentos						Total do passivo	282.166.463	344.592.113
272	Acréscimos de proveitos	100.191.403		100.191.403	98.904.658				
	Custos diferidos	3.169.204		3.169.204	3.295.653				
		103.360.607		103.360.607	102.200.311				
	Total de amortizações		785.795.631						
	Total de provisões		28.469.636						
	Total do ativo	2.524.025.779	814.265.267	1.709.760.512	1.601.508.924		Total dos fundos próprios e do passivo	1.709.760.512	1.601.508.924

ÓRGÃO EXECUTIVO
EM...de.....de.....
.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO
EM...de.....de.....
.....

MUNICÍPIO DO PORTO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

CUSTOS E PERDAS		2018		2017	
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas:					
Mercadorias		9.040.824		9.167.712	
Matérias		2.482.794	11.523.618	2.201.447	11.369.159
Fornecimentos e serviços externos			70.601.379		69.198.544
Custos com o pessoal:					
Remunerações		71.344.959		63.326.396	
Encargos Sociais		21.505.342	92.850.301	19.224.223	82.550.619
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais					
Amortizações do exercício		9.402.023		7.827.044	
Ajustamentos		53.852.877		52.751.732	
Provisões do exercício		14.265.391	77.520.291	6.366.768	66.945.544
Outros custos e perdas operacionais		626.713	626.713	278.609	278.609
	(A)		253.122.302		230.342.475
Custos e perdas financeiras		1.744.162	1.744.162	834.494	834.494
	(C)		254.866.464		231.176.969
Outros custos e perdas extraordinários			6.691.219		4.628.499
	(E)		261.557.683		235.805.468
Imposto sobre o rendimento do exercício			1.878.674		1.859.138
	(G)		263.436.357		237.664.606
Interesses minoritários					
Resultado líquido do exercício atribuível à entidade mãe			42.349.232		19.332.908
Resultado líquido do exercício com Interesses Minoritários			42.349.232		19.332.908
			305.785.589		256.997.514
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas e prestações de serviços:					
Vendas de mercadorias		22.147.489		22.041.406	
Prestações de serviços		50.323.581	72.471.070	49.037.036	71.078.442
Impostos, taxas e outros			154.184.592		121.813.966
Variação da produção			(22.567)		(66.637)
Trabalhos para a própria entidade			93.032		81.530
Proveitos suplementares		423.652		481.546	
Transferências e subsídios correntes obtidos		32.049.698		32.263.046	
Outros proveitos e ganhos operacionais		6.868.275		5.748.874	
			39.341.625		38.493.466
	(B)		266.067.752		231.400.767
Proveitos e ganhos financeiros			13.525.497		10.642.577
	(D)		279.593.249		242.043.344
Proveitos e ganhos extraordinários			26.192.340		14.954.170
	(F)		305.785.589		256.997.514
Resultados operacionais: (B)-(A)			12.945.450		1.058.292
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)			11.781.335		9.808.083
Resultados correntes: (D)-(C)			24.726.785		10.866.375
Resultados antes de impostos: (F)-(E)			44.227.906		21.192.046
R. líquido consolidado do exercício atribuível à entidade mãe:			42.349.232		19.332.908

MUNICÍPIO DO PORTO
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Designação	2018	2017
Atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	218.465.915	185.414.850
Pagamentos a fornecedores	(118.038.341)	(111.163.232)
Pagamentos ao pessoal	(92.072.615)	(83.141.019)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	8.354.959	(8.889.401)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.044.993)	(2.579.359)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	31.841.065	32.342.147
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	38.151.031	20.873.387
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	3.991.366	15.207.275
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(848.130)	(7.045.274)
<i>Fluxo das atividades operacionais</i>	41.294.267	29.035.388
Atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	367.471	2.132
Imobilizações corpóreas	15.621.623	16.003.770
Subsídios ao investimento	2.153.909	2.505.271
Juros e proveitos similares	34.555	37.548
Dividendos	664.257	294.934
	18.841.815	18.843.655
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(777.026)	(968.165)
Imobilizações corpóreas	(39.244.684)	(20.458.028)
Imobilizações incorpóreas	(1.525.968)	(1.616.922)
.....		
	(41.547.678)	(23.043.115)
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	(22.705.863)	(4.199.460)
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	6.064.069	6.333.679
Subsídios e doações		
.....		
	6.064.069	6.333.679
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(24.555.579)	(3.332.035)
Amortização de contratos de locação financeira	(19.670)	(5.078.468)
Juros e custos similares	(284.605)	(192.739)
Dividendos	(142.632)	(136.500)
Redução de capital e prestações suplementares		
Aquisição de ações (quotas) próprias		
Outros		
	(25.002.486)	(8.739.742)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	(18.938.417)	(2.406.063)
Variações de caixa e seus equivalentes	(350.013)	22.429.865
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	111.926.874	89.497.009
Caixa e seus equivalentes no início do período (alteração perímetro)		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	111.576.861	111.926.874

MUNICÍPIO DO PORTO
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Município	GO Porto	DomusSocial	Porto Lazer	Águas do Porto	FDSP	Porto Ambiente	Eliminações	Consolidado
Saldo da gerência anterior	90.731.693	1.712.026	933.734	2.446.512	13.414.806	3.086	2.685.017		111.926.874
Recebimentos	242.998.018	14.431.460	31.854.724	9.054.599	45.961.312		21.076.628	56.909.387	308.467.355
Pagamentos	245.361.985	14.010.396	31.375.753	8.416.699	46.277.644		20.281.193	23.581.030	342.142.640
Saldo para a gerência seguinte	88.367.726	2.133.090	1.412.705	3.084.412	13.098.475		3.480.452		111.576.861
Fluxo Líquido do ano	(2.363.967)	421.064	478.971	637.900	(316.332)	-	795.435	33.328.357	(33.675.285)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução

O Município do Porto apresenta demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2018.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do nº 1, do artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula que *“sem prejuízo dos documentos de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intertemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, obrigatoriamente aplicável ao Município do Porto, por força do seu artigo 3º.

De acordo com a mesma Portaria e as instruções do SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCAL e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade consolidante, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Desta forma, o Município do Porto, atendendo ao seu perímetro de consolidação e seguindo o estabelecido nos pontos 4.5.5.1 e 4.2.5.2 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, adota os seguintes métodos de consolidação:

- a) **Método de consolidação integral** que consiste na integração no balanço, na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas;

- b) **Método de equivalência patrimonial** que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As contas consolidadas do grupo público do Município do Porto apresentam, em 2018, a contabilização da participação em entidades consolidadas, em conformidade com os métodos atrás apresentados, utilizando-se o método de consolidação integral nas entidades controladas pelo município a 100%, conforme previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 - “Investimentos em subsidiárias e consolidação” e o método de equivalência patrimonial nas entidades onde o município exerce influência significativa, conforme previsto na NCRF 13- “Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas”.

As entidades consolidadas aplicaram nas suas contas individuais o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as respetivas alterações, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

Assim, as entidades às quais é aplicado o método integral de consolidação, devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação.

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, foi adotado o previsto na já mencionada Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 – “Investimentos em subsidiárias e consolidação”, conforme indicado na Portaria nº 474/2010, de 01 de julho, com as necessárias adaptações à realidade do setor das autarquias locais.

As notas do presente Anexo incluem a divulgação de informação financeira sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, conforme exigido pelo nº 7, do artigo 75.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido utilizadas as instruções publicadas pelo SATAPOCAL, de maio de 2015, no que respeita à sua numeração.

Por último, as notas não mencionadas, ou não são aplicáveis, ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras, sendo que todos os valores são apresentados em euros.

1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Caraterização da entidade consolidante a 31/12/2018

Município do Porto

NIF: 501 306 099

Composição do Órgão Executivo:

Presidente: Rui de Carvalho de Araújo Moreira

Vice-Presidente: Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo

Vereadores:

Ana Catarina da Rocha Araújo

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente

Albino Pedro Pereira Baganha

Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Fernando Paulo Ribeiro de Sousa

Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro

Fernanda Perpétua Rodrigues

Odete Maria Alves Silva Patrício

José Luís da Costa Catarino

Álvaro Fernando Santos Almeida

Maria Ilda da Costa Figueiredo

Composição do Órgão Deliberativo:

Presidente: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite

1ª. Secretária: Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria

2º. Secretário: José António de Abreu Gonçalves Serôdio

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Caraterização das entidades consolidadas a 31/12/2018

Gestão e Obras do Porto, EM

NIF: 505 037 238

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Ana Catarina da Rocha Araújo

Vice-presidente: Cátia Andrade Meirinhos

Administrador executivo: Manuel Maria Aranha Furtado de Mendonça

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

NIF: 505 037 700

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Fernando Paulo Ribeiro de Sousa

Vice-presidente: Fernando Francisco Barbosa Pinto

Vogal: Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

CMPL – Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM

NIF: 507 718 640

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Ana Catarina da Rocha Araújo

Administrador Executivo: Rui Nuno Araújo dos Anjos Álvaro de Lemos

Administrador Executivo: Alfredo César Vasconcellos Navio

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM

NIF: 507 718 666

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Frederico Vieira Martins Fernandes

Administrador Executivo: Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto

Administradora Não Executiva: Ana Catarina da Rocha Araújo

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM., SA.

NIF: 514280956

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Artur Jorge Silva de Sousa Bastos

Administrador Executivo: Luís André Fernandes Bragança de Assunção

Administradora não Executiva: Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

Mercado Abastecedor do Porto, SA

NIF: 501 958 630

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Luiz Jorge de Oliveira Dias

Vogais: Carlos Manuel Pinto Correia do Lago

Manuel Fernandes Gonçalves

José Augusto Lambertine de Sousa

Paula de Carvalho Oliveira

João António Pereira da Silva

José Fernando da Silva Hora Santos

Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro

Laura Maria Cruz da Rocha

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC – Sistema de Normalização Contabilística

Adeporto – Agência de Energia do Porto

NIF: 507 886 550

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo

Vice-presidente: Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro

Vogais: Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Fernando António Ferreira Leite

Rui Miguel da Silva Alves Pimenta

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL)

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA

NIF: 506 866 432

Composição do Conselho de Administração:

Presidente executivo: José Carlos Nascimento (renunciou ao cargo com efeitos a partir de 31/07/2018)

Vogais não executivos:

Rui Ramos Loza

Ana Palmira Gaspar Albino de Campos Cruz

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Profile - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA anteriormente designada por Banif Gestão de Ativos.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, administrado pela Fund Box, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

Associação Porto Digital

NIF: 506 838 730

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo

Administrador Executivo: Paulo Filipe Gonçalves Calçada

Administrador não executivo: José Manuel Martins Ferreira

Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes

Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

Fernando Manuel Augusto da Silva

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL)

1.1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.	M.C.
Município do Porto	Praça General Humberto Delgado, Porto	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.			a)	M.I.
Gestão e Obras do Porto, E.M	Rua do Engº Ferreira Dias, 954, Escritório 5-Porto	Gestão de obras públicas para o Município do Porto e para outras empresas participadas pelo Município, elaboração e concretização de planos, projetos e obras que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas do Município do Porto.	MP	100%	b)	M.I.
CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M	Rua Monte dos Burgos, 12 - Porto	Promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do parque de habitação pública municipal, a manutenção e conservação do património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração desenvolvimento e implementação de projetos na área social.	MP	100%	b)	M.I.
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	Rua de Bartolomeu Velho, 648 - Porto	Assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade física e desportiva, do lazer e de outras atividades de animação da cidade, bem como no domínio da dinamização económica do Porto,	MP	100%	b)	M.I.
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	Rua Barão Nova Sintra, 285 - Porto	Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas, do sistema público de águas pluviais, bem como limpeza e desobstrução de linhas de águas, rios e ribeiras urbanas, assim como a sua reabilitação e renaturalização,	MP	100%	b)	M.I.
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M, SA	Praça General Humberto Delgado, Porto	Gestão dos resíduos urbanos e limpeza do espaço público.	MP	100%	b)	M.I.
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	Rua Mouzinho da Silveira, 212 - Porto	Promover a reabilitação e reconversão do património degradado da área crítica de recuperação e reconversão urbanística do concelho do Porto	MP	100%	c)	M.E.P.
Mercado Abastecedor do Porto, SA	Rua Chaves Oliveira 181 - Porto	Gestão do Mercado Abastecedor da Cidade do Porto	MP Outros	25,50% 74,50%		M.E.P.
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 - Porto	Contribuir para a utilização racional da energia, para a eficiência energética e gestão ambiental na interface com a energia, aproveitamento dos recursos energéticos e para o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável	MP Outros	36,50% 63,50%		M.E.P.
Associação Porto Digital	Rua das Flores, 152 - Porto	Promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos cidadãos e para a evolução de uma sociedade de informação e do conhecimento, que possa estar ao alcance de todos	MP Outros	33,33% 66,67%		M.E.P.
Fundo Especial de Inv. Imobiliário Fechado Porto D'Ouro	Av. João XXI, Nº 63 Lisboa	Valorização crescente do capital investido, numa perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sites no distrito do Porto.	MP CGD	50,00% 50,00%		M.E.P.
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo	Av. 24 de Julho, 98 1º piso Lisboa	Desenvolvimento de projectos de urbanização e construção de imóveis na região do Grande Porto para sua posterior venda ou arrendamento, visando a maximização do valor de unidades de participação.	MP Outros	20,90% 79,10%	d)	M.E.P.
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Invesurb	Av.º Engº Duarte Pacheco Torre 1-15º Sala 2 - Lisboa	Construção e/ou reabilitação de habitações para permuta com o Município, visando a maximização do valor de unidades de participação.	MP Outros	21,91% 78,09%		M.E.P.

a) Entidade consolidante obrigada à elaboração de demonstração financeiras consolidadas (nº1 do art.75º, Lei 73/2013)

b) Entidade controlada a 100% pelo Município do Porto

c) Aquisição dos restantes 60% das ações ocorreu apenas em 28/12/2018, não existindo ainda controlo a 31/12/2018

d) Em liquidação

M.I - Método Integral

M.E.P. - Método Equivalência Patrimonial

O Município do Porto aplicou a definição de controlo prevista no ponto 5.1 da Orientação nº 1/2010 – Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, na qual, numa relação entre entidades, a existência de controlo deve ser analisada casuisticamente, em função das circunstâncias concretas, tomando por referência o elemento poder e o elemento resultado, tal como estão estabelecidos na IPSAS 6, aprovada e publicada em dezembro de 2006, conjugado com o estabelecido nos números 4 e 5, do artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Como condições de poder destacam-se, nomeadamente, a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão. Como condições de resultado salientam-se, designadamente, o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver a outra entidade, obtendo, assim, um significativo nível de benefícios económicos, ou suportando um significativo nível de obrigações. Presume-se a existência de controlo quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com o direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

Nos termos do DL n.º 109/2018, de 4 de dezembro, em 28 de dezembro 2018, o capital social do Porto Vivo, SRU passou a ser detido a 100% pelo Município do Porto não existindo ainda controlo a 31 de dezembro de 2018.

Conforme já foi referido anteriormente, às entidades controladas a 100% pelo Município do Porto, foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados como interesses minoritários.

Para as entidades nas quais o Município do Porto detém influência significativa, ou seja, uma participação financeira superior a 20% e inferior a 50%, foi aplicado o método da equivalência patrimonial que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Caraterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral.

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultados Líquidos do Exercício	N.º de Trabalhadores a 31-12-2018	Motivo de inclusão no perímetro de consolidação
Município do Porto	1.621.246.536	213.680.416	1.407.566.120	35.893.051	3.113	Entidade consolidante
Gestão e Obras do Porto, EM	5.064.444	3.755.496	1.308.948	1.907	33	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M	7.614.768	6.586.141	1.028.627	28.119	133	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	7.407.276	4.695.148	2.712.128	64.966	92	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	169.984.621	35.172.737	134.811.884	5.878.845	470	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA	6.703.039	5.805.940	897.099	195.255	322	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.

Os valores apresentados para as entidades foram recolhidos das demonstrações financeiras individuais das entidades participadas, não apresentando qualquer ajustamento de harmonização de critérios em sede de consolidação.

1.2 – Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido em 2018	Obs.
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	Estádio do Dragão, Via FC Porto, Entrada Poente, Piso 3	Clube de futebol.	0,2%	b);c)
Sociedade Metro do Porto, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 6º e 7º – Porto	Exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto	0,0%	a);c)
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	Rua O Primeiro de Janeiro – Porto	Clube de futebol.	2,3%	a);c)
Fundação Casa da Música	Av. Boavista, 604 - 610 - Porto	Promoção, fomento, difusão e prossecução de atividades culturais e formativas no domínio da atividade musical	3,1%	a);c)
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	R. Dr. Roberto Frias, 400- Porto	Realização de atividade de inovação e transferência de tecnologia orientada para o tecido industrial	0,3%	b);c)
Águas do Douro e Paiva	Rua de Vilar nº 235, 5 Andar- Porto	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Sul e do Grande Porto	13,3%	b);c)
Fundação da Juventude	Palácio das Artes- Fabrica de Talentos, Largo de São Domingos, nº 19,-Porto	Formação empreendedorismo e apoio ao Emprego Jovem.	1,4%	a);c)
Fundação Portugal África	Rua de Serralves, 191 - Porto	Realização e incremento de ações de caráter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e África	2,6%	a);c)
Fundação de Serralves	Rua de Serralves, 977 - Porto	Promoção de atividades no domínio de todas as artes.	0,4%	a);c)

a) dados anteriores a 2018

b) dados de 2018

c) Valorizado ao custo de aquisição

Todas as entidades nas quais o Município do Porto detém uma participação inferior a 20% foram excluídas do perímetro de consolidação, estando a participação financeira das mesmas relevada em termos contabilísticos.

As entidades associadas, cuja participação do município é inferior a 20%, estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que o valor recuperável se mostrou inferior ao valor contabilístico foram efetuadas, em 2018, as respetivas provisões no sentido de expressar contabilisticamente essa desvalorização.

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.1 – Situações em que se mostrou insuficiente a aplicação das normas de consolidação às demonstrações financeiras consolidadas

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras.

À semelhança do ano transato, foi efetuada a harmonização de critérios com as empresas GO Porto, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM, Águas do Porto, EM e PortoAmbiente, EM, traduzida no quadro seguinte:

Entidade/Descrição	GO Porto, EM	DomusSocial, EM	Porto Lazer, EM	CMPEA, EM	PortoAmbiente	Corrigido (S/N)
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	X	X	X	X	X	S
Cálculo das provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	X	X	X	X	X	S
Alocação de proveitos diferidos e capitais próprios		X	X	X		S

Em 2018 foram efetuados os ajustamentos do método de equivalência patrimonial à participação detida na Associação Porto Digital, dado existir informação financeira à data da apresentação das contas consolidadas, facto não ocorrido em 2017.

2.2 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a possibilidade de, sempre que à data do balanço os investimentos financeiros tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, ser efetuada a correspondente redução do valor contabilístico, através da conta apropriada. Com a aplicação da Orientação nº 1/2010, as contas consolidadas apresentam, no ano de 2018, em investimentos financeiros, as correções decorrentes da utilização do método de equivalência patrimonial, relativamente às entidades em que o Município do Porto detém uma participação entre 20% e 50%. Ao nível do Balanço e da Demonstração dos Resultados verificaram-se os efeitos traduzidos nos ajustamentos do seguinte quadro:

Entidade	Valor em 31 de Dezembro 2018							
	Valor Nominal	Ajustamentos Participação	Ajustamentos MEP	TOTAL	Anulação Participação	TOTAL	Provisões	TOTAL
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	249.350			249.350		249.350	249.350	
Gestão e Obras do Porto, EM	500.000			500.000	500.000			
CMPH - DOMUSSOCIAL - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	500.000			500.000	500.000			
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM,	465.566			465.566	465.566			
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	247.154			247.154		247.154	212.469	34.685
Mercado Abastecedor do Porto	1.147.500		1.498.457	2.645.957		2.645.957		2.645.957
Sociedade Metro do Porto, S.A.	5			5		5	5	
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, SA	2.403.600		-952.696	1.450.904		1.450.904		1.450.904
Águas do Douro e Paiva, SA	2.781.220			2.781.220		2.781.220		2.781.220
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	80.000.000			80.000.000	80.000.000			
CMPL - Emp. Desp. e Lazer do Município do Porto, EM	2.200.000			2.200.000	2.200.000			
Adeporto - Agência de Energia do Porto	70.625		46.130	116.755		116.755		116.755
Fundação Casa da Música	200.000			200.000		200.000		200.000
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	11.830			11.830		11.830		11.830
Fundação da Juventude	24.940			24.940		24.940		24.940
Fundação Portugal África	299.279			299.279		299.279		299.279
Fundação de Serralves	49.880			49.880		49.880		49.880
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo	2.076.067	-1.003.849	-657.231	414.986		414.986		414.986
Fundo de Investimento Imobiliário - Inesurb	1.569.947	-174.461	-719	1.394.767		1.394.767		1.394.767
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	8.400.000		38.492	8.438.492		8.438.492		8.438.492
Associação Porto Digital	1.560.000		-1.282.428	277.572		277.572		277.572
Credores das Administrações Públicas - FAM	4.317.111			4.317.111		4.317.111		4.317.111
Investimentos em Imóveis	20.078.931			20.078.931		20.078.931	4.189.184	15.889.747
Outras aplicações financeiras de entidades participadas	59.972			59.972		59.972		59.972
Total	129.212.977	-1.178.311	-1.309.995	126.724.671	83.665.566	43.059.105	4.651.008	38.408.097

Com a publicação do Decreto-Lei nº 109/2018, de 4 dezembro, o qual regula a extinção das participações sociais detidas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), em representação do Estado, nas sociedades de reabilitação urbana (SRU), criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio, foi possível concretizar o estabelecido em memorando assinado entre o Estado e o Município do Porto, em 31 de julho de 2015, através do qual se definiram, entre outras, as condições para a municipalização da Porto Vivo SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA.

A extinção das participações sociais efetivou-se mediante a cessão das ações de que o IHRU, I. P. era titular para o acionista Município do Porto que detinha o restante capital da SRU. A transmissão das ações operou-se em 28 de dezembro de 2018, não existindo controlo a 31 de dezembro de 2018.

Relativamente à APOR – Agência para a Modernização Porto S.A., em 12 de dezembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução da Sociedade que teve efeito a partir de 5 de fevereiro de 2018, data em que foi publicada, tendo sido nomeado o Administrador Liquidatário. Foi ainda aprovada a distribuição dos ativos que teve por base a posição detida no capital social de forma proporcional por cada acionista. No tocante ao Município do Porto foi deliberado que face à existência de ativos fixos tangíveis, no valor de 13.085 euros, e um crédito fiscal de 8.040 euros que os mesmos revertessem para o acionista Município do Porto por conta da sua quota.

O Município do Porto recebeu da APOR para além dos valores referidos, o montante de 366.167 euros em disponibilidades.

No primeiro semestre de 2018 foi registado o processo de liquidação e extinção da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, na sequência do relatório final de liquidação de 3 de abril de 2018, aprovado em Assembleia Municipal extraordinária de 21 de maio de 2018.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1 – Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação

Entidade	Ajustamentos
Mercado Abastecedor do Porto SA	1.498.457
Associação Porto Digital	(1.282.428)
Adeporto - Agência Energia Porto	46.130
Porto Vivo SRU - Soc. Reab. Urb., SA	(952.696)
Fundo Investimento Imob Porto Douro	38.492
Fundo Investimento Imob Porto Novo	(657.231)
Fundo Investimento Imob Invesurb	(719)
Total	(1.309.995)

Atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os ajustamentos a efetuar pela aplicação do método da equivalência patrimonial influenciam os investimentos financeiros por contrapartida da conta de regularizações de entidades participadas e de resultados financeiros.

Em 2018 foram distribuídos dividendos por parte do Mercado Abastecedor do Porto, num total de 153.000 euros os quais também se encontram refletidos no ajustamento realizado.

3.2 – Diferenças de consolidação

Entidade	2018	2017
Diferenças de Consolidação Negativas		
GO Porto, EM	(615.637)	(615.637)
Domus Social, EM	57.680	57.680
Porto Lazer, EM	376.862	376.862
CMPEA , EM	(245.081)	(245.081)
Fundação Porto Social		(1.110.050)
Total	(426.176)	(1.536.226)

As diferenças de consolidação, refletidas nos capitais próprios em 426.176 euros, foram apuradas no início do processo de consolidação das entidades GO Porto, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM, e Águas do Porto, EM, as quais decorrem das diferenças entre o valor da participação ao custo

de aquisição refletida na contabilidade do Município do Porto e os respetivos capitais próprios das entidades, com referência ao correspondente processo de consolidação de contas.

Por força da extinção da Fundação Porto Social, foi desreconhecido nas diferenças de consolidação o impacto dos capitais próprios resultante da primeira consolidação.

Relativamente à PortoAmbiente não foram identificadas diferenças entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo e a correspondente fração que lhe corresponde dos capitais próprios.

3.5 – Descrição de acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado

Não existem situações de relevo.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo:

Dívidas a terceiros de médio/longo prazo	Município do Porto	Grupo público consolidado
Empréstimos de médio longo prazo	10.815.487	10.815.487
Credores das Administrações Públicas-FAM	239.840	239.840
Leasing de médio e longo prazo		6.064
Total	11.055.327	11.061.391

4.2 – Montante total das dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentadas no balanço consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do Balanço:

Empréstimo	Entidade credora	Valor contratado do empréstimo	Data de Vencimento	Dívida bancária a vigorar até 2022	Dívida bancária a vigorar após 2022
Const. 84 Fogos Condominhas	C.G.D	1.379.550	08-01-2025		223.224
Const. 128 Fogos - Ilhéu	C.G.D	2.753.923	20-09-2021	457.283	
Const. 400 Fogos - Sta. Luzia	C.G.D	9.608.984	08-10-2020	1.064.723	
Const. 250 Fogos Sta. Luzia	C.G.D	7.370.080	16-03-2022	1.334.076	
Const. 28 Fogos Fontinha	C.G.D	549.985	14-02-2027		196.192
Const. 40 fogos na Trav. de Salgueiros	C.G.D	827.122	14-02-2027		46.068
Const. 53 fogos no Monte S. João	C.G.D	1.062.454	14-02-2027		417.456
Const. 47 fogos nas Fontainhas	C.G.D	957.408	14-02-2027		82.956
Empréstimos contraídos até 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento		24.509.506		2.856.082	965.895
Mercado do Bolhão e outros investimentos	SANTANDER	20.000.000	31-05-2032		8.939.510
Total do Perímetro de Consolidação do Município do Porto		44.509.506		2.856.082	9.905.405

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros intra-grupo.

Obrigações/pagamentos					
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(2+3)-(4+5)
Transferências					
Subsídios		14.113.348	678.231	13.435.117	
Empréstimos					
Relações comerciais	2.504.921	40.774.467	1.380.848	40.638.742	1.259.798
Particip. do capital em numerário					
Particip. do capital em espécie					
Outros	3.002.795	13.290.828	449	13.603.065	2.690.109
Total	5.507.716	68.178.643	2.059.528	67.676.924	3.949.907

Direitos/recebimentos					
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(2+3)-(4+5)
Transferências					
Subsídios	(119.969)	14.015.835	919.595	12.976.271	-
Empréstimos					
Relações comerciais	3.186.913	56.514.994	478.990	54.904.790	4.318.127
Particip. do capital em numerário					
Particip. do capital em espécie					
Outros					
Total	3.066.944	70.530.829	1.398.585	67.881.061	4.318.127

Apresentamos, em anexo, a desagregação por entidade abrangida pelo perímetro de consolidação, de acordo com as instruções do SATAPOCAL.

6. Informações relativas a compromissos**6.1 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado**

Nos termos do número 2, do artigo 17º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Neste sentido, a Autoridade Tributária e Aduaneira alterou a divulgação, no portal das finanças, dos valores em dívida referentes ao Município do Porto à data de 31 de dezembro de 2018. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo, no entanto, relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

Imposto	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)		
	2018	2016 a)	Varição
	€	€	
Contribuição Autárquica (CA)	462.649,15	0,00	462.649,15
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	6.849.844,79	6.836.390,61	13.454,18
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5.149.533,79	5.040.868,78	108.665,01
Imposto Único de Circulação (IUC)	1.949.640,69	1.593.317,00	356.323,69
SISA	14.019.713,76	14.142.329,84	-122.616,08
Total	28.431.382,18	27.612.906,23	818.475,95

a) A Autoridade Tributária não disponibilizou os dados de 2017

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

No decurso normal da sua atividade existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela Direção Municipal dos Serviços Jurídicos, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

6.2 – Responsabilidades por garantias prestadas

O total das garantias bancárias prestadas pelo Município do Porto é de 3.235.746 euros. Destacam-se as garantias prestadas no âmbito das indemnizações inerentes ao processo de expropriação dos terrenos com vista à execução da Ligação da Via de Cintura Interna à rua Ciríaco Cardoso, no montante de 1.586.068 euros, e no âmbito da execução de sentença que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (processo sob o n.º 601/05 OBPRT, unidade orgânica 3), no montante de 1.202.670 euros.

A GO Porto, EM, prestou a favor da REFER uma garantia, sob a forma de depósito de garantia, no montante de 8.000 euros, na sequência do protocolo assinado entre as partes em 20 de março de 2014. O protocolo em questão tem por objeto a regulação das implicações que a obra de

estabilização da escarpa da margem direita do Rio Douro, entre as Pontes Luíz I e Maria Pia, terá na infraestrutura e circulação ferroviária. O valor desta garantia é reembolsável de acordo com as cláusulas 7 e 9 do aludido protocolo.

A GO Porto, EM, prestou a favor do CENTRO VR, uma garantia, sob a forma de depósito de garantia, no montante de 14.000 euros, na sequência da cláusula 12.^a do contrato de utilização de loja para escritórios em espaço comercial. O valor desta garantia é reembolsável de acordo com a cláusula 12.^a do aludido contrato.

Em 31 de dezembro de 2018, a Porto Lazer, EM, mantinha ativa a garantia bancária prestada a favor da Autoridade Tributária, com o objetivo de cessar os efeitos do processo de execução fiscal em sede de IMT do edifício do Monte Aventino, no montante de 618.267 euros.

A Águas do Porto, EM, prestou garantias bancárias à entidade Estradas de Portugal, no valor de 294.017 euros, no âmbito das intervenções efetuadas na via pública, bem como à ARH do Norte, no montante de 100.000 euros, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto, relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

- a) No Município do Porto, para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000, foi usado, na avaliação dos bens imóveis, o método do custo ou do valor de substituição/reposição, que corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.
- b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

Na entidade consolidante as imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil esteja previamente estipulado, a taxa de amortização é calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Imobilizações corpóreas

No Município do Porto, estas imobilizações foram valorizadas da seguinte forma:

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
 - a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou método de mercado, conforme o descrito para os Bens de Domínio Público;
 - a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos, é seguida a metodologia acima descrita para o imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Relativamente à inventariação e avaliação dos terrenos, edificado e outras construções que não constavam do Sistema de Inventário e Cadastro (SIC), conforme nota 8.2, a valorização dos terrenos foi efetuada de acordo com a Caderneta Predial Urbana, ou com o Valor Unitário Médio definido pela Comissão Municipal de Avaliação do Município.

A Comissão Municipal de Avaliação visando uma metodologia de avaliação predial mais objetiva, para o apuramento do valor patrimonial de prédios urbanos aplicou a fórmula geral de avaliação conforme consta do artigo 38º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) ou artigo 46º para casos de outros, nomeadamente para os que não têm capacidade construtiva.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação atribuindo-se então o montante desta.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de imobilizado no caso da GO Porto, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM, Águas do Porto, EM, e PortoAmbiente, EM, e no que respeita aos ativos fixos tangíveis e intangíveis são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo.

Amortizações

No Município do Porto, as amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2018 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações da rubrica Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, na rubrica Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima, de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Investimentos financeiros

Na entidade consolidante, os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de

aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respectivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

Os investimentos financeiros apresentados, em termos consolidados, foram corrigidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

Existências

No Município do Porto, as existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de existências são valorizados ao custo de aquisição, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

Dívidas de e a terceiros

Na entidade consolidante, as dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

À data do balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são atualizadas com base no câmbio dessa data.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões para Riscos e Encargos

O Grupo regista nesta rubrica provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais;
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

Remunerações a Liquidar

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e mês de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2018.

Especialização de Exercícios

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8.1 – Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento

O valor registado na rubrica despesas de investigação e desenvolvimento refere-se a aquisição de diversas licenças de software informático pela entidade mãe e encontra-se totalmente amortizado.

8.2 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, que constam do balanço podem ser resumidos como segue:

Ativo Bruto

Designação	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público:							
Terrenos e recursos naturais	6.925.145				1.520.200		8.445.345
Edifícios	8.809.177		3.890		5.144		8.818.211
Outras construções e infraestruturas	511.965.804	5.099.992	1.331.989	(1.225)	6.687.178		525.083.738
Bens do património histórico, artístico e cultural	4.432.894	5.000	109.981		59.783		4.607.658
Outros bens de domínio público	65.366.861				148.435		65.515.296
Imobilizações em curso	4.449.390		6.306.914		(4.580.796)	(1.194.294)	4.981.214
Subtotal	601.949.271	5.104.992	7.752.774	(1.225)	3.839.944	(1.194.294)	617.451.462
Imobilizações Incorpóreas:							
Despesas de instalação							
Despesas de investigação e desenvolvimento	609.924						609.924
Propriedade industrial e outros direitos	5.205.071		338.898				5.543.969
Imobilizações em curso							
Subtotal	5.814.995		338.898			-	6.153.893
Imobilizações Corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	357.998.901	104.516.567	8.303.362	(995.297)	5.134.613	(646.087)	474.312.059
Edifícios e outras construções	707.252.507		7.246.849	(1.961.964)	66.057.987		778.595.379
Equipamento básico	195.801.492		3.277.506	(380.586)	3.381.920	(235.343)	201.844.989
Equipamento de transporte	7.890.015		3.076.479	(438.841)		(26.815)	10.500.838
Ferramentas e utensílios	1.206.246		85.062	(41.373)		(19.755)	1.230.180
Equipamento administrativo	29.624.080		1.050.280	(3.395.882)		(185.127)	27.093.351
Taras e vasilhame							
Outras imobilizações corpóreas	8.868.415		390.319	(677.381)	183.173	(2.239)	8.762.287
Imobilizações em curso	132.900.339		43.580.027		(79.036.522)	(9.064.468)	88.379.376
Subtotal	1.441.541.995	104.516.567	67.009.884	(7.891.324)	(4.278.829)	(10.179.834)	1.590.718.459
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital	9.765.401		1.254.338	(368.215)	(2.296.678)		8.354.846
Obrigações e títulos de participação	6.718.007					(2.398.396)	4.319.611
Investimentos em Imóveis	20.590.694				(511.763)		20.078.931
Outras aplicações financeiras	10.999.251		1.979.063		(2.672.597)		10.305.717
Subtotal	48.073.353	-	3.233.401	(368.215)	(5.481.038)	(2.398.396)	43.059.105
Total	2.097.379.614	109.621.559	78.334.957	(8.260.764)	(5.919.923)	(13.772.524)	2.257.382.918

Por influência da entidade consolidante, durante o exercício de 2018, efetuaram-se ajustamentos ao ativo bruto no montante total de 109.621.559 euros, influenciados pela integração de terrenos que não constavam do balanço inicial num total de 104.516.567 euros e em outras construções e infraestruturas, no valor de 5.099.992 euros, no que respeita aos bens de domínio público.

Estes ajustamentos decorreram do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que o Município do Porto concretizou em 2018, e que se consubstanciou na realização das seguintes atividades: (i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal DomusSocial, EM que constavam no imobilizado em curso.

Ainda no âmbito dos ajustamentos do processo de conciliação de cadastro, registou-se no ano de 2018 nas rubricas de imobilizações em curso uma diminuição que resulta, essencialmente, da transferência para imobilizado corpóreo e bens de domínio público das obras realizadas pela DomusSocial, EM, no período de 2001 a 2007.

Resultante deste trabalho na rubrica Terrenos e Recursos Naturais está incluído o montante de 104.400.547 euros referentes ao registo de terrenos que não constavam do balanço inicial do Município do Porto cujo detalhe consta da nota 9.2.2.

Na empresa Águas do Porto o levantamento cadastral e referencial no SIG - Sistema de Identificação Geográfica, está substancialmente concluído com exceção dos ramais de água e saneamento e dos contadores no valor líquido de aproximadamente 7.026.000 e 1.592.000 euros respetivamente em 31 de dezembro de 2018, e da rede de águas pluviais entregue pelo Município do Porto em 2011, que aguarda a conclusão do levantamento cadastral de 6.699.000 euros naquela mesma data.

No que respeita às obrigações e títulos de participação incluídas na rubrica de investimentos financeiros, as mesmas sofreram uma redução decorrente da aplicação da Lei do Orçamento do Estado para 2018, que procedeu à alteração do artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM), resultando numa diminuição deste fundo de 2.398.396 euros para o Município.

Os restantes movimentos, apresentados em investimentos financeiros, referem-se a movimentos de regularização em sede de equivalência patrimonial.

Amortizações e Ajustamentos

Designação	Saldo Inicial	Reforço	Abates, Alienações e reduções	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio Público:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios	5.219.489	440.385		2.363	5.662.237
Outras construções e infraestruturas	237.527.336	17.126.008	(3.581)	6.277.185	260.926.948
Bens do património histórico, artístico e cultural	815.722	281.760			1.097.482
Outros bens de domínio público	38.913.529	3.206.591		148.435	42.268.555
Imobilizações em curso					
Subtotal	282.476.076	21.054.744	(3.581)	6.427.983	309.955.222
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e desenvolvimento	609.924				609.924
Propriedade industrial e outros direitos	4.446.267	403.898			4.850.165
Subtotal	5.056.191	403.898		-	5.460.089
Imobilizações Corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	286.267.044	21.038.426	(41.633)	1.575.044	308.838.881
Equipamento básico	115.067.353	8.806.365	(101.155)	(1.699.102)	122.073.461
Equipamento de transporte	5.014.958	529.438	(26.815)	(770.876)	4.746.705
Ferramentas e utensílios	1.081.037	128.046	(19.755)	(404.832)	784.496
Equipamento administrativo	28.049.988	1.172.492	(246.581)	(4.374.186)	24.601.713
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	5.099.459	719.468	(2.239)	(670.808)	5.145.880
Subtotal	440.579.839	32.394.235	(438.179)	(6.344.760)	466.191.136
Investimentos financeiros:					
Partes de capital	463.806	2.973		(4.955)	461.824
Investimentos em imóveis	4.042.540	366.149		(219.505)	4.189.184
Outras aplicações financeiras					
Subtotal	4.506.346	369.122		(224.460)	4.651.008
Total	732.618.452	54.221.999	(441.760)	(141.237)	786.257.455

8.2.2 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.

Encontra-se em curso a discriminação detalhada de todos os bens do imobilizado, que se encontram em qualquer uma destas situações.

8.2.4 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição €	Atualizado €
Outras Construções	42.285,82	49.553,62
Capital Arbóreo	301.353,02	341.295,68
Terrenos	4.602.929,81	8.775.552,26
Outras Infraestruturas	7.833.198,37	11.120.597,70
Total	12.779.767,02	20.286.999,26

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

O valor atualizado reflete as movimentações/correções nomeadamente por efeitos de grandes reparações.

8.3 – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Não foram capitalizados juros resultantes de financiamentos a immobilizações.

8.10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

Designação	2018	2017
	Mercado Interno	Mercado Interno
Vendas	22.147.489	22.041.406
Prestações de Serviços	50.323.581	49.037.036
Total	72.471.070	71.078.442

8.12 – Situações que afetam significativamente os impostos futuros Impostos correntes

As empresas municipais são sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% e a taxa de derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável.

O Município do Porto é isento de IRC.

8.13 – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Entidade	2018				2017			
	Remunerações - Órgão executivo	Remunerações - Órgão Deliberativo	Remunerações - Órgão fiscalização	Número de trabalhadores a 31-12-2018	Remunerações - Órgão executivo	Remunerações - Órgão Deliberativo	Remunerações - Órgão fiscalização	Número de trabalhadores a 31-12-2017
Município do Porto	277.506	92.638	19.188	3.113	240.771	70.542	7.675	2.994
Gestão e Obras do Porto, EM	106.804	0	8.500	33	104.171	0	7.816	26
CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.	105.248	0	11.000	133	105.141	0	11.000	130
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	107.255	0	11.759	92	114.733	0	10.775	73
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	106.942	0	14.160	470	107.045	0	14.160	459
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA	155.853	0	19.065	322	123.528	0	17.539	52

8.16 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Em 2018 foram efetuados os ajustamentos do método de equivalência patrimonial à participação detida na Associação Porto Digital, dado existir informação financeira à data da apresentação das contas consolidadas, facto não ocorrido em 2017.

A PortoAmbiente iniciou a sua atividade em setembro de 2017 pelo que em termos de demonstrações financeiras no que respeita a esta empresa, as mesmas não são comparáveis.

8.17 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Designação	2018	2017
Custos e Perdas		
Juros suportados	290.440	221.190
Perdas em entidades participadas	906.195	172.037
Amortização de investimentos em imóveis	366.149	165.645
Provisões para aplicações financeiras / Ajustamentos de provisões	142.870	149.090
Diferenças de câmbio desfavoráveis	141	
Descontos de pronto pagamento concedidos	11	7.211
Outros custos e perdas financeiras	38.356	119.321
Resultados financeiros	11.781.335	9.808.083
Total	13.525.497	10.642.577
Proveitos e Ganhos		
Juros obtidos	219.151	197.605
Ganhos em entidades participadas	2.948.024	621.459
Rendimentos de imóveis	10.331.197	9.769.020
Rendimentos de participações de capital		5.434
Descontos de pronto pagamento obtidos	27.125	49.006
Outros proveitos e ganhos financeiros / Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros		53
Total	13.525.497	10.642.577

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de Dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de Outubro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

A variação positiva nos rendimentos em imóveis reflete a variação ocorrida no Município que decorre da renda e da receita associada à concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública na cidade do Porto.

Os ganhos em entidades participadas resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial, em concreto nos ajustamentos proporcionais à participação no que respeita às rubricas de resultados líquidos. Contribuiu para este aumento os resultados obtidos pelo Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado – Fundo Porto D'Ouro.

8.18 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Designação	2018	2017
Custos e Perdas		
Transferências de capital concedidas	2.292.601	2.053.666
Donativos	56.232	69.692
Dívidas incobráveis		1.860
Perdas em existências	102.397	53.586
Perdas em imobilizações	770.615	198.817
Multas e penalidades	4.013	9.632
Aumentos de amortizações e provisões	615.063	
Correções relativas a exercícios anteriores	2.731.484	2.231.812
Outros custos e perdas extraordinárias	118.814	9.434
Resultados extraordinários	19.501.121	10.325.671
Total	26.192.340	14.954.170
Proveitos e Ganhos		
Restituição de impostos	48	
Ganhos em existências	31.367	16.931
Ganhos em imobilizações	3.630.158	1.558.259
Benefícios de penalidades contratuais	621.946	522.582
Reduções de amortizações e de provisões	4.875.108	786.309
Correções relativas a exercícios anteriores	2.365.177	3.873.876
Outros proveitos e ganhos extraordinários	14.668.536	8.196.213
Total	26.192.340	14.954.170

Por influência da entidade consolidante a variação positiva das transferências de capital concedidas é justificado essencialmente, pela atribuição de transferências de capital em 2018, nomeadamente para apoio à Associação dos Deficiente das Forças Armadas.

As perdas em imobilizações sofreram um acréscimo pelo facto de, em 2017, não terem ocorrido perdas em imobilizações resultantes de menos valias aquando da venda de imobilizado.

Os custos associados a correções de exercícios anteriores foram movimentados na sequência de pagamentos decorrentes da execução de sentenças, nomeadamente no Município.

O aumento verificado em ganhos em imobilizações encontra-se essencialmente influenciado pela permuta de terrenos no Pólo da Asprela, entre o Município e a Universidade do Porto.

A análise global aos processos judiciais em curso conduziu a um aumento significativo das reduções de amortizações e provisões, na sequência da reavaliação do risco atribuída pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos, no Município.

Por outro lado, o aumento verificado nos outros proveitos e ganhos extraordinários está influenciado, essencialmente, pela imputação dos proveitos relacionados com os subsídios para investimento tendo em conta o reconhecimento neste ano, do ativo imobilizado associado, na entidade consolidante.

8.19 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Redução	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas	23.977.963	4.458.197	(443.118)	27.993.042
Provisões para riscos e encargos	51.186.911	10.623.632	(17.393.573)	44.416.970
Provisões para depreciação de existências	51.546		(36.776)	14.770
Provisões para investimentos financeiros	463.806	2.973	(4.955)	461.824
Total	75.680.226	15.084.802	(17.878.422)	72.886.606

Ao nível das provisões, destaca-se o reforço das provisões para riscos e encargos, justificado pelo incremento do valor das provisões associadas aos processos judiciais em curso, e, para os quais, se entendeu ser necessário reforçar o montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

A redução da provisão para outros riscos e encargos, no montante de 17.393.573 euros, inclui o montante de 10.593.611 euros na sequência de regularizações de processos judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores de acordo com a avaliação de risco efetuada pelos Serviços Jurídicos, no Município.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de 44.416.970 euros da rubrica provisões para riscos e encargos, inclui 11.460.414 euros referentes à estimativa do valor atual dos encargos do Município e das Águas do Porto, EM, com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988, sendo que o restante por influência da entidade consolidante e no montante de 28.996.366 euros reflete a melhor expectativa do Município para os eventuais encargos que a autarquia possa a vir a incorrer por força dos processos em contencioso existente aquando da preparação das contas referentes ao ano findo.

Na sequência de regularizações de processo judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores foram efetuados reforços nas rubricas de provisões por contrapartida de resultados extraordinários, no montante de 819.410 euros.

As provisões para cobranças duvidosas sofrem a sua maior influência pela Águas do Porto, EM.

8.20 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Empresa	Capital em dívida 31/12/2017 €	Encargo do Ano Amortização €	Capital em dívida 31/12/2018 €
07-10-16	Equipamento de impressão	GO-Porto, EM	6.615	3.780	2.835
01-02-16	Viatura	DomusSocial, EM	9.369	1.627	7.742
01-11-16	Equipamento de impressão	DomusSocial, EM	22.891	12.486	10.405

8.21 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	991.501.863	109.621.559		1.101.123.422
Diferenças de Consolidação	1.536.226		1.110.050	426.176
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	336.781	121.336		458.117
57 Reservas				
571 Reservas legais	11.996.476	1.329.309		13.325.785
572 Reservas estatutárias	33.427			33.427
574 Reservas livres	121.615			121.615
575 Subsídios	101.456			101.456
576 Doações	17.272.999			17.272.999
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558	122.809		77.191.367
578 Regularizações Entidades Participadas	60.308.475	470.973	3.239.903	57.539.545
59 Resultados transitados	77.306.027	40.344.881		117.650.908
Total	1.237.583.903	152.010.867	4.349.953	1.385.244.817

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2018 em cada uma das contas da classe 5 temos:

Património

A variação ocorrida na rubrica património de 109.621.559 euros inclui o montante de 104.400.547 euros que resulta do registo de terrenos não constantes no balanço inicial, conforme nota 8.2 e 9.2.

Ajustamentos em partes de capital e empresas

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

Em 2018 por influência da entidade consolidante, esta rubrica sofreu um aumento de 121.336 euros resultante da anulação das depreciações decorrentes da desvalorização do valor de mercado das participações financeiras, na medida em que, como o POCAL não prevê o método de equivalência

patrimonial, deverá, neste caso, contabilizar-se apenas uma provisão para a respetiva depreciação para investimentos financeiros.

Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito ao cumprimento legal, quanto à aplicação do resultado líquido de 2017, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2018 a rubrica de resultados transitados resultou dos seguintes efeitos:

- a) Aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, por cada entidade participada, cerca de 19 milhões de euros.
- b) Por influência da entidade consolidante os resultados transitados foram aumentados em 10.593.611 euros na sequência de regularizações de processos judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores e ainda no montante de 27.083.601 euros por força da recuperação dos proveitos associados aos subsídios para investimento, referentes a anos anteriores, no âmbito do trabalho desenvolvido no decurso do ano 2018.

Os subsídios para investimento incluem as transferências/subsídios para investimento, os quais estão associados aos ativos, que devem ser movimentados numa base sistemática para proveito extraordinário à medida que foram contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

De registar ainda que da conciliação da rubrica de imobilizações corpóreas foi possível identificar situações que estavam a ser objeto de amortizações indevidas, cuja regularização resultou num acréscimo nesta rubrica de 2.019.228 euros, pela regularização das respetivas amortizações.

Por outro lado, nesta mesma rubrica constata-se uma redução no montante de 15.935.735 euros, referentes ao desreconhecimento de obras que se encontravam registadas em imobilizações em curso e em 4.334.993 euros, referente a bens de domínio público identificados na sequência da conciliação da rubrica de proveitos diferidos, os quais se explicam tendo em conta os movimentos de transferência para imobilizado corpóreo e bens de domínio público das obras realizadas pela DomusSocial, EM, no período de 2001 a 2007, o que implicou a atualização e a recuperação de amortizações de anos anteriores.

c) A aplicação da homogeneização de critérios (2,6 milhões de euros), provocou um aumento, na conta de resultados transitados, por força dos ajustamentos efetuados no imobilizado corpóreo das empresas incluídas no perímetro de consolidação. A empresa que mais contribuiu neste ajustamento foi a empresa Águas do Porto, EM, tendo em conta a harmonização fiscal efetuada decorrente da correção das amortizações acumuladas do imobilizado.

9. Informações diversas

9.1 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Dívida Bruta Consolidada		
	2018	2017
Dívidas a Pagar de curto prazo	30.883.325	28.730.493
Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	11.061.391	30.951.892
Total	41.944.716	59.682.385

9.2 – Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e do resultado do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

9.2.1 De acordo com o disposto na alínea c), do n.º 2, do artº 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º, da Lei n.º 114/88, de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários do Município que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior foi realizado um novo estudo atuarial pela entidade consolidante por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto, uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo, deste modo, a atualização da provisão que reflita o seguinte valor atuarial das responsabilidades.

Descrição	2018	2017
	€	€
Pensionistas:	8.986.402,60	10.034.841,85
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1.272.149,25	1.196.903,19
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	368.405,11	204.923,41
Responsabilidade atuarial com pensionistas	7.345.848,24	8.633.015,25
Ativos:	448.305,02	454.202,69
Valor atual das quotas em dívida	448.305,02	454.202,69
	9.434.707,62	10.489.044,54

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade			Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
		Mínima	Média	Máxima		
Total Ativos:	863	45	59,65	90	568,23	490.385,46
Idade menor a 66 anos	753	45	58,35	65	568,87	428.360,58
Idade maior ou igual a 66 anos	110	66	68,51	90	563,86	62.024,88

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade			Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
		Mínima	Média	Máxima		
Total Pensionistas:	157	32	79,35	103	7.427,93	1.166.185,02
Pensionistas DL n.º 503/99	35	37	59,46	69	1.490,56	52.169,74
Pensionistas Sobrevivência	4	32	46,50	60	3.143,67	12.574,66
Pensionistas	118	60	86,36	103	9.334,24	1.101.440,62

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

Descrição	Cenário Financiamento
Tabelas:	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95_90 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
Taxas:	
Taxa de Desconto Ativos	1,20%
Taxa de Desconto Pensionistas	1,20%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
Dados Gerais:	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

Por último, em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que contribuiram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2018.

Provisões para Riscos e Encargos	2018	2017
	€	€
Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro	10.489.044,54	12.359.739,44
Pensionistas	10.034.841,85	11.904.417,32
Ativos	454.202,69	455.322,12
Ajustamentos do exercício	-1.054.336,92	-1.870.694,90
Custos com o pagamento de pensões	-1.255.711,43	-1.477.424,26
Acerto na estimativa associada aos custos com pensões	201.374,51	-393.270,64
Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro	9.434.707,62	10.489.044,54

No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GO Porto, EM e DomusSocial, EM, pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto. Em virtude da decisão desfavorável do Tribunal Arbitral que julgou a ação improcedente, o Município interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, com fundamento em Oposição de Acórdãos, que no caso da GO Porto, EM o tribunal julgou a ação improcedente. O da Domus Social, EM aguarda prolação de sentença.

De igual modo foram emitidas, em 2016, pela Porto Lazer, EM, notas de crédito no montante de 802.575 euros tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda início da fase instrutória.

A 11 de dezembro de 2015 foi assinado o contrato com a Eporto-Estacionamento Públicos do Porto, S.A., cujo objeto principal visa a gestão, exploração, manutenção e fiscalização quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública da cidade do Porto, pelo prazo de 12 anos.

Foi celebrado a 2 de janeiro de 2017 o Contrato Interadministrativo entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar e Valongo que estabelece: as regras de exercício pela AMP, e partilha pelos municípios outorgantes, das competências de planeamento, exploração, investimento e financiamento que lhe são delegadas pelo Estado enquanto autoridade de transporte do serviço público de transporte de passageiros explorado pela STCP, S.A. na área geográfica dos Municípios outorgantes; a criação junto da AMP de uma unidade técnica de apoio à gestão; as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público («OSP»).

Do contrato de Serviço Público, na sua versão consolidada e visada pelo Tribunal de Contas, em agosto de 2017 resulta para o Município do Porto a proporção de 53,69% tendo em conta o índice proporcional de oferta.

Nos termos da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e que estipula o capital social do fundo e a contribuição dos municípios em 50%, o Município do Porto, estava obrigado a contribuir com 6,7 milhões de euros com início em 2015 e num período de 7 anos, cabendo em cada ano em apreço 959,4 mil euros. Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi

alterado o artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual consta a redução da subscrição do capital social do FAM.

Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais.

	Dívida vincenda a 31/12/2019	Dívida vincenda a 31/12/2020	Dívida vincenda a 31/12/2021	Saldo
Acerto Prestações Anuais FAM	479.679,00	239.839,50	-	719.518,50

9.2.2 O Município do Porto no decurso do ano de 2018 efetuou vários ajustamentos decorrentes do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, e que se consubstanciou na realização das seguintes atividades: (i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso.

(i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC).

Resultante deste trabalho, foram reconhecidos e avaliados cerca de 8.783 processos de cadastro, relacionados com terrenos no montante de 104.400.547 euros, conforme informação constante no quadro infra:

Freguesia	Área m²		Valor (€)		
	CPU	VUM	CPU	VUM	Total
Bonfim	37.881	375.249	1.826.597,47	3.377.241,45	5.203.838,92
Campanhã	327.231	1.153.422	12.968.484,34	10.380.795,75	23.349.280,09
Paranhos	179.700	1.023.325	7.525.618,20	9.209.925,27	16.735.543,47
Ramalde	102.901	935.990	2.382.683,99	8.423.912,66	10.806.596,65
Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	211.883	1.327.191	5.713.476,19	11.944.714,91	17.658.191,10
Cedofeita, Santo Ildefonso, Vitória, Sé, S. Nicolau, Miragaia	101.286	338.092	11.448.676,62	3.042.829,76	14.491.506,38
Lordelo do Ouro e Massarelos	84.084	1.092.478	6.323.288,02	9.832.302,14	16.155.590,16
Total	1.044.966	6.245.747	48.188.824,83	56.211.721,94	104.400.546,77

A valorização dos terrenos que teve por base a Caderneta Predial Urbana (CPU), ascendeu a 48.188.825 euros e os terrenos valorizados através do Valor Unitário Médio (VUM) definido pela Comissão Municipal de Avaliação do Município assumiu um montante de 56.211.722 euros.

A Comissão Municipal de Avaliação visando uma metodologia de avaliação predial mais objetiva, para o apuramento do valor patrimonial de prédios urbanos aplicou a fórmula geral de avaliação conforme consta do artigo 38º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) ou artigo 46º para casos de outros, nomeadamente para os que não têm capacidade construtiva.

(ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA).

Neste âmbito foram incorporados em SIC os valores identificados no quadro que se segue:

Conciliação Saldos SIC/SCA		
Resultado apurado	Valor	%
Processos conciliados (com 1 edifício)	13.341.032,83	20%
Processos conciliados (com vários edifícios)	51.242.019,10	77%
Processos não conciliados (abatidos em SIC)	1.694.505,14	3%
Processos não conciliados - Obras realizadas em terceiros	19.306,37	0%
Universo de processos	66.296.863,44	100%

iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso.

A reclassificação e afetação do imobilizado em curso encontra-se refletida nas áreas constantes do quadro infra:

Natureza do Imobilizado	Valor
Domínio Público	1 013 189,08
Terrenos	566 720,74
Edifícios Municipais	3 521 284,22
Edifícios Propriedade Alheia	22 526,68
Bairros Municipais	48 246 610,01
Escolas	7 935 335,00
Polidesportivos	302 511,98
Mercados	326 353,01
Parques Infantís	571 083,97
Sanitários e Lavadouros	56 093,46
Diversos	10 258 763,04
TOTAL	72 820 471,19

Na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado foi possível identificar o ativo imobilizado associado aos subsídios para investimento que ainda se encontravam por conciliar.

Nesta medida os ajustamentos de períodos anteriores foram movimentados na rubrica de resultados transitados no montante de 27.083.601 e o valor remanescente foi inscrito em proveitos do exercício.

A identificação dos ativos imobilizados associados aos subsídios para investimento foi efetuada da seguinte forma:

Quando foi possível obter informação detalhada com a relação dos ativos adquiridos relativamente a cada um dos subsídios recebidos, esta conciliação ocorreu de forma direta tendo em conta cada um dos registos do cadastro e inventário do Município.

Quando não foi possível obter esta informação detalhada, realizou-se uma análise individualizada de cada uma das fichas de cadastro cuja identificação nos permitiu concluir estar diretamente associada ao objeto do subsídio ao investimento recebido e qual a entidade que foi responsável pela execução deste mesmo investimento. Tendo em conta estes pressupostos, foi possível identificar nas fichas de cadastro os movimentos correspondentes às grandes reparações executadas no âmbito de cada um destes investimentos.

Em conclusão podemos referir que no âmbito do processo de conciliação de cadastro e inventário, o Município não espera alterações significativas futuras, ao inventário decorrente deste levantamento.

É intenção do Município do Porto desenvolver os esforços necessários para que seja possível o registo predial dos imóveis, na sua plenitude, nos próximos anos.

10. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

No início de 2019, o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram uma alteração estatutária relacionada com a empresa Porto Lazer, EM, que consistiu, essencialmente, no alargamento do objeto da entidade por forma a incorporar a promoção e desenvolvimento da cultura.

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2018



Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município do Porto (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1 709 760 512 euros e um total de fundos próprios de 1 427 594 049 euros, incluindo um resultado líquido de 42 349 232 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município do Porto em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

A certificação legal das contas da Entidade CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM, referente ao exercício de 2018, contém uma reserva por limitação de âmbito, pelo facto do levantamento cadastral não se encontrar ainda concluído, em particular quanto aos ramais de água e saneamento e aos contadores, cujo valor líquido contabilístico ascende a aproximadamente 7 026 000 euros e 1 592 000 euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2018, e da rede de águas pluviais, entregue pela entidade Município do Porto em 2011, a aguardar a conclusão do levantamento cadastral, cujo valor líquido contabilístico ascende a aproximadamente 6 699 000 euros naquela data. Desde modo, não nos é possível determinar o impacto nas rubricas de Imobilizado das demonstrações financeiras consolidadas e, conseqüentemente, nos Fundos Próprios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfases

A Certificação Legal de Contas da Entidade Município do Porto com referência a 31 de dezembro de 2017, continha uma reserva por limitação de âmbito relativamente aos Bens de Domínio Público, às Imobilizações Corpóreas e aos Proveitos Diferidos associados a Subsídios ao Investimento, pelo facto de o processo de inventariação do Imobilizado não constituir uma garantia da sua plenitude e pela existência de valores contabilísticos significativos ainda não discriminados. Durante o exercício de 2018, após um levantamento exaustivo realizado pelos Serviços da Entidade Município do Porto, conforme divulgado nas notas 3.1, 7.1, 8.2 e 9.2.2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas: (i) foram reconhecidos, na rubrica Património, terrenos de domínio privado não constantes no Inventário inicial da Entidade Município do Porto, no valor de 104 400 547 euros; (ii) foram conciliados os saldos da rubrica Edifícios entre os sistemas informáticos do Património e da Contabilidade, tendo originado o impacto de 2 019 228 euros descrito no parágrafo seguinte; (iii) foram diminuídas as Imobilizações em Curso em 72 820 471 euros, por contrapartida de Imobilizado firme e Resultados transitados; e (iv) na sequência deste levantamento, efetuado pelos Serviços da Entidade Município do Porto, foram preparadas listagens detalhadas com a decomposição dos bens participados. Deste modo, a reserva por limitação de âmbito anteriormente mencionada encontra-se ultrapassada. Contudo, salientamos que este processo não contemplou para todos os bens o confronto com as respetivas certidões de registo predial, por tal não ter sido possível ou praticável, tendo sido usadas outras fontes de informação. No entanto, é intenção dos Serviços da Entidade Município do Porto desenvolver os esforços necessários para que este confronto seja efetuado na sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Resultados Transitados, além do resultado líquido consolidado do exercício de 2017 foi creditada: (i) em 27 083 601 euros, na sequência da conciliação da rubrica Proveitos Diferidos associados a subsídios ao investimento da Entidade Município do Porto, referida no parágrafo anterior; (ii) em 10 593 611 euros, na sequência de regularizações de processos judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores da Entidade Município do Porto; (iii) em 2 019 228 euros, na sequência da reclassificação de Edifícios para Terrenos e regularização das respetivas amortizações na Entidade Município do Porto; (iv) em cerca de 1 500 000 euros referente à harmonização das políticas contabilísticas das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação; e (v) em 1 110 050 euros pela anulação da participação da Fundação Porto Social. Por outro lado, relativamente à Entidade Município do Porto, a rubrica Resultados Transitados foi debitada: (i) em 15 935 735 euros referentes ao desreconhecimento de obras que se encontravam contabilizadas em Imobilizações em Curso; e (ii) em 4 334 993 euros, referentes a bens de domínio público identificados na sequência da conciliação da rubrica Proveitos Diferidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- (ii) elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- (vii) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 29 de maio de 2019



Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

RELATÓRIO DE GESTÃO. 2018



Anexos

MAPA SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Grupo:	Município do Porto	Exercício:	31-dez-18					
Empresa:	-							
Saldo e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público								
14.3.3.5. Saldo e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GO Porto	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer (CHPL)	Emp. 5 CMPEA	Emp. 6 Fundação Porto Social	Emp. 8 EMAP
Euros								
Obrigações / Pagamentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	(0)	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	988	-	-	-	-	988	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	988	-	-	-	-	988	-	-
Obrigações constituídas no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	14.113.348	-	3.105.000	335.849	2.937.321	-	-	7.735.178
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	38.628.427	-	12.406.661	22.644.734	2.808.954	768.077	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	20	-	-	-	20	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações constituídas no exercício	52.741.795	-	15.511.661	22.980.583	5.746.295	768.077	-	7.735.178
Anulações no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	678.231	-	481.451	-	100.000	-	-	96.780
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	987.716	-	586.007	285.997	105.785	9.926	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações no exercício	1.665.947	-	1.067.459	285.997	205.785	9.926	-	96.780
Pagamentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	13.435.117	-	2.623.549	335.849	2.837.321	-	-	7.638.398
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	37.637.166	-	11.820.654	22.358.737	2.703.169	754.607	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	20	-	-	-	20	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos do exercício	51.072.303	-	14.444.203	22.694.586	5.540.510	754.607	-	7.638.398
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	(0)	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	4.532	-	-	-	-	4.532	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	4.532	-	-	-	-	4.532	-	-
Direitos / Recebimentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.544.635	-	283.883	1.456.553	802.575	1.624	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	2.544.635	-	283.883	1.456.553	802.575	1.624	-	-
Direitos constituídos no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	4.438.316	-	12.809	409.886	41.977	302.719	-	3.670.924
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos constituídos no exercício	4.438.316	-	12.809	409.886	41.977	302.719	-	3.670.924
Anulações do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	3.244.622	-	12.809	409.886	41.977	297.290	-	2.482.660
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do exercício	3.244.622	-	12.809	409.886	41.977	297.290	-	2.482.660
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	3.738.328	-	283.883	1.456.553	802.575	7.053	-	1.188.264
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	3.738.328	-	283.883	1.456.553	802.575	7.053	-	1.188.264

Grupo: Município do Porto

Exercício: 31-dez-18

Empresa: GO Porto

14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público								
Euros	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GO Porto	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer (CMPL)	Emp. 5 CMPEA	Emp. 6 Porto Vivo SRU	Emp. 8 EMAP
Obrigações / Pagamentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	22	-	-	-	-	22	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	22	-	-	-	-	22	-	-
Obrigações constituídas no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	27.515	12.809	-	6.465	-	8.241	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	449	-	-	-	-	449	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações constituídas no exercício	27.964	12.809	-	6.465	-	8.689	-	-
Anulações no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	449	-	-	-	-	449	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações no exercício	449	-	-	-	-	449	-	-
Pagamentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	27.537	12.809	-	6.465	-	8.263	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos do exercício	27.537	12.809	-	6.465	-	8.263	-	-
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos / Recebimentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	(217.697)	(217.697)	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	(64.078)	(66.186)	-	3.676	-	(1.568)	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	(281.775)	(283.883)	-	3.676	-	(1.568)	-	-
Direitos constituídos no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	3.105.000	3.105.000	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	12.058.911	11.947.601	-	2.787	-	108.523	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos constituídos no exercício	15.163.911	15.052.601	-	2.787	-	108.523	-	-
Anulações do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	722.816	722.816	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	83.424	60.760	-	-	-	22.663	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações do exercício	806.239	783.576	-	-	-	22.663	-	-
Recebimentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	2.164.488	2.164.488	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	11.908.046	11.820.654	-	4.870	-	82.521	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do exercício	14.072.533	13.985.142	-	4.870	-	82.521	-	-
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	3.363	-	-	1.593	-	1.771	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	3.363	-	-	1.593	-	1.771	-	-

Grupo:	Município do Porto	Exercício:	31-dez-18					
Empresa:	Águas do Porto							
Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público								
14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Total	Emp. 1 CHP	Emp. 2 GO Porto	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer (CMPL)	Emp. 5 CHPEA	Emp. 6 Fundação Porto Social	Emp. 8 EMAP
Euros								
Obrigações / Pagamentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	21.729	23.866	(2.138)	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.002.795	122.025	-	-	-	-	-	2.880.771
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	3.024.524	145.891	(2.138)	-	-	-	-	2.880.771
Obrigações constituídas no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	222.296	120.667	85.860	-	49	-	-	15.720
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	13.290.359	114.209	-	-	-	-	-	13.176.150
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações constituídas no exercício	13.512.656	234.876	85.860	-	49	-	-	13.191.870
Anulações no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	190.584	94.444	82.521	-	49	-	-	13.569
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	13.603.045	215.907	-	-	-	-	-	13.387.138
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos do exercício	13.793.629	310.351	82.521	-	49	-	-	13.400.707
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	53.441	50.090	1.201	-	-	-	-	2.151
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.690.110	20.327	-	-	-	-	-	2.669.783
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	2.743.551	70.417	1.201	-	-	-	-	2.671.934
Direitos / Recebimentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	80.316	72.190	22	3.560	4.544	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	80.316	72.190	22	3.560	4.544	-	-	-
Direitos constituídos no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.298.079	761.867	8.308	32.963	101.658	-	-	393.281
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos constituídos no exercício	1.298.079	761.867	8.308	32.963	101.658	-	-	393.281
Anulações do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.354.167	827.556	8.263	30.283	95.581	-	-	392.485
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do exercício	1.354.167	827.556	8.263	30.283	95.581	-	-	392.485
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	24.228	6.502	68	6.240	10.622	-	-	796
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	24.228	6.502	68	6.240	10.622	-	-	796

Grupo: Município do Porto	Exercício: 31-dez-18							
Empresa: EMAP								
Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público								
14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Total	Emp. 1 CHP	Emp. 2 GO Porto	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer (CMPL)	Emp. 5 CHPEA	Emp. 6 Fundação Porto Social	Emp. 8 EMAP
Euros								
Obrigações / Pagamentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.481.622	2.481.622	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	2.481.622	2.481.622	-	-	-	-	-	-
Obrigações constituídas no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.582.589	1.189.306	-	-	2	393.281	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações constituídas no exercício	1.582.589	1.189.306	-	-	2	393.281	-	-
Anulações no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	392.485	-	-	-	-	392.485	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações no exercício	392.485	-	-	-	-	392.485	-	-
Pagamentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.482.881	2.482.879	-	-	2	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos do exercício	2.482.881	2.482.879	-	-	2	-	-	-
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.188.844	1.188.049	-	-	-	796	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	1.188.844	1.188.049	-	-	-	796	-	-
Direitos / Recebimentos								
Saldo inicial								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	96.779	96.779	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.880.771	-	-	-	-	2.880.771	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	2.977.549	96.779	-	-	-	2.880.771	-	-
Direitos constituídos no exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	7.638.399	7.638.399	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	13.258.793	-	-	1.674	16.466	13.240.653	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos constituídos no exercício	20.897.192	7.638.399	-	1.674	16.466	13.240.653	-	-
Anulações do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	96.780	96.780	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	202	-	-	202	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações do exercício	96.982	96.780	-	202	-	-	-	-
Recebimentos do exercício								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	7.638.398	7.638.398	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	13.400.132	-	-	1.338	243	13.398.551	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos do exercício	21.038.530	7.638.398	-	1.338	243	13.398.551	-	-
Saldo final								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.739.229	-	-	134	16.223	2.722.873	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	2.739.229	-	-	134	16.223	2.722.873	-	-